

Crédito rural

Apoio à comercialização

OS entendimentos sobre a “Medida Provisória do Bem” saíram da esfera técnica e entraram na política. Das medidas sugeridas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), a primeira idéia descartada é a de reduzir impostos da PIS e COFINS, inseridos sobre produtos, e isentar de Imposto de Renda os títulos de captação lançados pelo governo em meados de 2004, para atrair recursos privados para o agronegócio. A renúncia fiscal custaria aos cofres públicos cerca de R\$5 bilhões.

Assim, o pacote de benefícios aos produtores rurais ficou mais restrito do que se planejava inicialmente. A prioridade foi atacar os pontos cruciais, que prejudicam o setor, em curto prazo. As decisões a respeito de temas estruturais, como tributação e logística, ficarão para depois.

O pacote tem dois enfoques:

- Renegociação das dívidas dos agricultores;
- Apoio à comercialização da safra 2005/06.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), no total, as dívidas dos produtores somam, incluindo débitos com o setor privado e o público, mais de R\$13 bilhões, assim divididos:

- R\$6,0 bilhões em inadimplência na chamada securitização - renegociação de débitos feita em 1995 pelo prazo de 25 anos;
- R\$1,4 bilhão do Plano Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), lançado pelo governo em 1998;
- R\$2,8 bilhões em dívidas com os fundos constitucionais;

- R\$2,91 bilhões referentes a débitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Existem ainda as operações com credores privados, pois grande parte da dívida se refere à inadimplência com fornecedores de defensivos agrícolas, adubos e sementes. A gravidade da situação financeira dos produtores rurais do segmento de grãos justifica um pacote de socorro ao setor na rolagem dos débitos rurais. Serão prorrogados cerca de R\$7,2 bilhões dos empréstimos de custeio de investi-

mento contraidos pelos agricultores para financiar a safra.

Efeito dominó

Em 2005, o valor bruto da produção agropecuária encolheu perto de R\$17 bilhões, em termos nominais; o valor caiu de R\$185 bilhões, em 2004, para R\$167 bilhões. A queda ficou concentrada na área vegetal, pois na pecuária, a variação foi negativa, mas bem pequena.

Assim, as medidas têm por objetivo minimizar os impactos da crise enfrentada

Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBA) - (em R\$ milhões)

Produtos	2004	2005	Variação (%)
Soja	35.091,60	24.791,20	-29,4
Milho	13.543,00	10.056,10	-25,7
Café beneficiado	9.042,70	9.266,20	2,5
Arroz	8.657,50	6.598,80	-23,8
Feijão	3.650,40	3.973,40	8,8
Algodão	4.537,20	3.395,80	-25,2
Trigo	2.550,20	2.023,10	-20,7
Totais agrícolas	115.594,70	97.957,60	-15,3
Carne bovina	32.062,60	30.166,30	-5,9
Frango	16.422,10	16.900,20	2,9
Leite	11.928,50	12.740,20	6,8
Suínos	6.517,60	6.625,20	1,7
Ovos	3.386,10	3.372,20	-0,4
Totais pecuários	70.317,00	69.804,10	-0,7
Totais gerais	185.911,70	167.761,70	-9,8

Fonte: Preços (FGV); Produção (IBGE) | Elaboração: CNA



pelo agronegócio, em função de fatores que passam pela desvalorização cambial, perda de produção por problemas climáticos, elevação de custos e preços baixos.

A preocupação com a crise é intensa e ultrapassa as fronteiras do agronegócio, pelo efeito dominó na renda de outras atividades. A situação é aguda para a economia de alguns Estados, e até mesmo na visão de médio prazo no combate à inflação.

Os produtores de grãos ainda sentirão na safra 2006/07 as seqüelas da crise de rentabilidade. Os investimentos no plantio da temporada estão limitados com a valorização do real sobre o dólar e o crescente endividamento. A área plantada total deverá registrar nova queda, de 5 milhões a 6 milhões de hectares. Somado ao decréscimo de 4,5% da safra 2005/06, em dois anos, o recuo seria superior a 10%; uma redução no potencial da produção de 25 milhões de toneladas de grãos.

Fora do pacote, o Tesouro Nacional terá ainda que absorver, este ano, R\$6,5 bilhões em prejuízos provocados por parcelas e encargos de dívidas atrasadas, originárias, sobretudo, da atividade rural, dos fundos constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). Acumulada desde 1989, a maior parte desses débitos, atrasados há mais

de seis meses, já começou a ser lançada pelos três fundos como prejuízo em seus balanços.

O governo determinou aos bancos gestores a obrigação de contabilizar todas as operações de risco compartilhado entre os fundos e seus agentes financeiros, vencidas há mais de 180 dias, como prejuízo nos balanços dos fundos. O FNE já admitiu prejuízo de R\$4,889 bilhões em seus balancetes; o FNO, R\$1,308 bilhão, e o FCO, R\$303 milhões.

Para a comercialização da agricultura, que vai até junho, o pacote destina R\$1,238 bilhão para apoiar a comercialização. Desse volume, R\$738 serão libera-

dos ainda neste mês, e os outros R\$500 milhões, em maio. As operações terão juros de 8,75% ao ano.

Preços mínimos

Do volume a ser disponibilizado pelo governo para apoiar a comercialização, R\$1 bilhão serão utilizados para sustentação de preços por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos.

Os recursos vão apoiar principalmente a comercialização de algodão, arroz, milho e trigo, por meio de instrumentos de crédito, como contrato de opção privada (PROP) e Prêmio de Escoamento do Produto (PEP).

Mais R\$238 milhões serão liberados para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além disso, serão disponibilizados R\$5,7 bilhões em crédito rural de comercialização para aplicação até 30 de junho de 2006.

Comercialização

Para ampliar o volume de crédito de comercialização ao produtor rural, o Ministério da Fazenda encaminhará ao Conselho Monetário Nacional (CMN) voto propondo as seguintes medidas com vigência até 30/6/06:

Comercialização da safra 2005/06 (*)

Produto	Volume (mil toneladas)	Recursos (R\$ milhões)
Algodão	460	253
Arroz	1.200	306
Milho	4.000	420
Trigo	1.000	209
Mandioca	1.000	50
Total	7.660	1.238

Fonte: MAPA (*) Aquisição do Governo Federal (AGF), Leilões de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e Prêmio de Risco de Opção Privada

- a) desvincular o limite de financiamento de comercialização do limite do crédito de custeio;
- b) elevar o limite de crédito de comercialização para produtores de algodão, arroz, milho, soja, sorgo e trigo.

Prorrogação de financiamentos

Foram propostas as seguintes medidas relativas à prorrogação dos financiamentos:

a) Investimento – o Ministério da Fazenda encaminhará ao CMN voto propondo a prorrogação das parcelas vencidas e a vencer em 2006 dos programas de investimentos com recursos do BNDES (Finame Agrícola Especial), de Fundos Constitucionais, Tesouro Nacional e de outras fontes de recursos equalizáveis pelo Tesouro Nacional (programas MAPA-BNDES, FAT, Proger Rural e Pronaf). As parcelas de 2006, cujo total remonta a R\$7,2 bilhões, terão vencimento postergado para 12 meses após o vencimento da última parcela do contrato. Essa medida se aplica aos produtos que têm problema de comercialização e preço.

b) Custeio da safra 2005/06 – Mediante comprovação de dificuldades de comercialização ou de frustração de safra, os agentes financeiros estão autorizados a prorrogar as dívidas relativas ao custeio de 2005/06, de acordo com a capacidade de pagamento do produtor, independentemente da fonte dos recursos.

c) Dívidas prorrogadas em 2005 por problemas de estiagem – O Ministério da Fazenda encaminhará ao CMN voto propondo a prorrogação, para 12 meses após o vencimento da última parcela, dos vencimentos de 2006 das dívidas de custeio

prorrogadas em 2005, em decorrência da estiagem. O montante de vencimentos em 2006 é de R\$530 milhões no Banco do Brasil.

d) Ampliação da linha FAT Giro Rural – O Governo Federal está recomendando ao Codefat estender para 31/12/2006 o prazo de contratação da linha FAT Giro

Rural. Também serão ampliadas as finalidades da linha, permitindo o financiamento da liquidação de CPR (Cédula de Produto Rural), entre outros.

Seguro Rural

O orçamento de 2006, encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso, prevê R\$44 milhões para o programa de subvenção ao prêmio do seguro rural. ■

Ataques ao Brasil nos EUA e na Europa

A agricultura brasileira é alvo de duras campanhas lançadas por produtores dos Estados Unidos, Europa e de outras partes do mundo, no momento em que se intensifica a negociação para liberalizar o comércio global.

Uma coalizão de organizações de produtores de 51 países, liderada pelos europeus, declarou no final do último mês que a liberalização global dará ao Brasil “capacidade para desestabilizar a agricultura mundial” e “matar” o setor em várias partes do mundo.

Nos EUA, 16 organizações de *commodities* enviaram carta ao governo Bush acusando a agricultura brasileira de crescer às custas de perdão de dívidas e taxas de juros favorecidas.

O presidente da Comissão Agrícola do Parlamento Europeu, Joseph Daul, considera a competitividade agrícola do Brasil criadora de um “problema geopolítico”: a OMC abre os mercados, o Brasil abocanha a maior fatia e muitos países terão mais desemprego agrícola. “Aí, muita gente vai tentar emigrar da Europa”, disse.

O ataque mais organizado parte de entidades de *commodities* americanas – soja, açúcar, algodão, frango, carne bovina, trigo, leite,

sorgo – refletindo o temor da concorrência brasileira. Em carta ao principal negociador comercial americano, Rob Portman, e ao secretário da Agricultura, Mike Johanns, sugerem para frear países exportadores como o Brasil: exigir na OMC que estes países assumam os mesmos compromissos que os países ricos.

Para as principais *commodities* de interesse dos EUA, as entidades defendem o uso de um teto para identificar países e setores a serem “graduados” (passam a ser considerados desenvolvidos), a partir de uma participação de 5% nas exportações mundiais.

Se a medida for aplicada, o Brasil reduzirá a sua margem de ajuda aos agricultores, com perda de prazos maiores para implementar as futuras regras agrícolas. Como se enquadra entre os países em desenvolvimento, o Brasil não tem hoje nenhum programa de apoio aos agricultores.

Embora reconheçam que o Brasil está longe de conceder o volume de subsídios autorizado pelos acordos atuais da OMC, as entidades americanas acham que compromissos rígidos podem frear o uso de “créditos subsidiados e perdão de dívidas”, que apoiariam o setor agrícola brasileiro.